



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

China: ameaça ou pilar da ordem global?

Marco Cepik (13/11/2017)

Durante sua viagem de doze dias pela região da Ásia-Pacífico entre os dias 08 e 10 de novembro o presidente Trump realizou uma importante visita de estado a Pequim, (<https://goo.gl/TSqKtq>). A mídia oficial chinesa elogiou o pragmatismo do presidente americano e o governo chinês esmerou-se em explorar o egocentrismo de Trump. Parece ter funcionado. Para Xi Jinping, recém vitorioso no 19º Congresso do Partido Comunista em outubro, a visita de Trump foi uma oportunidade para contrastar a reputação e o poder dos dois líderes mundiais. Tendo assinado acordos e memorandos no valor de 253,4 bilhões de dólares, Pequim sinaliza que tem recursos e visão para acomodar as reclamações quanto ao déficit comercial estadunidense de 347 bilhões de dólares (2016). E o faz sem responder na mesma moeda à agenda protecionista da “América Primeiro” de Trump (<https://goo.gl/XNjtRJ>). Ao mesmo tempo, permite que Trump volte para Washington com resultados positivos em meio a uma crise política interna que se agrava.

Por sua vez, na 25ª reunião de cúpula do fórum Cooperação Econômica Ásia Pacífico (APEC), realizada em Da Nang, no Vietnã, entre os dias 10 e 12 de novembro de 2017, Xi Jinping reiterou o compromisso chinês com a globalização e a abertura comercial. Diante das delegações dos países que respondem por 60% do PIB mundial e por mais de 50% do comércio mundial, Xi Jinping procurou uma vez mais equilibrar a defesa dos interesses nacionais e corporativos chineses com a tranquilização dos países da região quanto ao impacto da ascensão chinesa. Em certo sentido, foi ajudado por Trump. Sem a participação dos Estados Unidos, dificilmente o TPP (Trans-Pacific Partnership) avançará. Como alternativa, Pequim negocia um acordo de livre comércio e investimentos entre os dez países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), além da própria China, Austrália, Índia, Japão, Coreia do Sul e Nova Zelândia. Pequim propôs elevar o comércio entre a China e a ASEAN de um patamar de 400 bilhões de dólares anuais (em 2012) para mais de um trilhão de dólares em 2020.

Por outro lado, além do comércio a agenda de Trump incluía temas como o programa nuclear da Coreia do Norte, a repercussão da implantação do sistema THAAD (*Terminal High-Altitude Area Defense*) na Coreia do Sul, bem como a tentativa de recuperar o Vietnã e as Filipinas para a aliança com a Índia e o Japão visando o balanceamento e a contenção da China na região. Neste sentido, cabe indagar por que o crescimento chinês é percebido como uma ameaça pelo governo dos Estados Unidos e seus aliados mais próximos? Há uma clara discrepância entre as intenções



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

proclamadas pelo governo chinês e a percepção de ameaça predominante em Washington.

O Pensamento de Xi Jinping como Intenção

Na ausência de um documento formal de alto nível que explicita os valores e interesses vitais do estado chinês, pode-se partir dos 14 pontos do chamado Pensamento de Xi Jinping, incluído na Constituição do Partido Comunista Chinês no 19º Congresso realizado em outubro de 2017. Seguem, numa versão mal traduzida:

1. Garantir a liderança do Partido Comunista da China sobre todas as formas de trabalho na China.
2. O Partido Comunista da China deve centrar-se nas pessoas visando o interesse público.
3. A continuação do aprofundamento abrangente das reformas.
4. Adoção de uma nova visão do desenvolvimento baseada na ciência, voltada para um desenvolvimento inovador, coordenado, verde, aberto e compartilhado.
5. Seguir o socialismo com características chinesas, no qual o povo deve ser o mestre do país.
6. Governar a China com base no estado de direito (法治).
7. Praticar os valores socialistas centrais, incluindo o Marxismo, o comunismo e o socialismo com características chinesas.
8. Melhorar o padrão de vida e o bem-estar das pessoas como objetivo primordial do desenvolvimento.
9. Coexistir com a natureza, conservando energia e protegendo o meio-ambiente de modo a contribuir para a segurança ecológica global.
10. Fortalecer a segurança nacional.
11. O Partido Comunista deve exercer liderança total sobre as forças armadas da China (PLA).
12. Promover o princípio de “um país, dois sistemas” com Macau e Hong Kong, e a perspectiva de reunificação futura completa com Taiwan, seguindo a Política de Uma China e o Consenso de 1992 sobre Taiwan.
13. Estabelecer um destino comum entre o Povo chinês e os outros povos ao redor do mundo, com um ambiente internacional pacífico.
14. Melhorar a disciplina no Partido Comunista da China.

Uma discussão detalhada de cada ponto é inviável aqui. Basta dizer, porém, que não há ruptura com as posições oficiais assumidas pelo menos desde a ascensão de Xi Jinping em 2012, detalhadas e reforçadas no 13º Plano Quinquenal (2016-2020).

Dito de outra forma, construir uma sociedade “moderadamente próspera em todos os aspectos” e “promover um ambiente internacional pacífico”, temas destacados em ambos os documentos, dificilmente poderiam ser consideradas intenções hostis ou ameaçadoras. Vejamos, então, o lado das percepções.



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

Para além das intenções, as percepções

Independentemente das intenções declaradas pela liderança em Pequim, autores como John Mearsheimer (2016) consideram inevitável o conflito entre a China e os Estados Unidos. Isto porque os dois países necessitariam manter (Estados Unidos nas Américas), ou conquistar (China na Ásia-Pacífico), uma primazia regional exclusiva para garantirem sua segurança e desenvolvimento num mundo que, longe de ser global é, econômica, cultural e politicamente dividido em complexos regionais de segurança. A médio prazo, ainda segundo Mearsheimer, o aumento da presença chinesa na América Latina ou a emergência de uma espécie de Doutrina Monroe chinesa (“Ásia para os asiáticos”) levariam, quase inexoravelmente, a uma escalada conflitiva entre os dois países.

Há elementos de realidade, mesmo considerando apenas os dados comerciais e de investimento, na percepção de “asianização da Ásia”. Em 2014, por exemplo, o comércio da China com os países do Leste e do Sudeste da Ásia já totalizava 1,4 trilhão de dólares, mais do que a soma do comércio chinês com os Estados Unidos e a União Européia. No mesmo ano, 70% dos investimentos chineses eram dirigidos para a Ásia. Mesmo a chamada *Belt and Road Initiative* (BIR), lançada em 2013 e ampliada em 2017, seria apenas a face mais espetacular de um aumento significativo do protagonismo chinês na reconfiguração do mundo. Com um crescimento médio anual do PIB da ordem de 9,69% entre 1989 e 2017, a assertividade diplomática e econômica da China tem servido, juntamente com o seu regime político, como justificativa para visões mais ou menos exacerbadas da “China como ameaça”.

Há, porém, dois problemas recorrentes aqui. O primeiro é a assimetria de percepções. Segundo um artigo publicado por Zeng, Xiao e Breslin (2015), dentre 108 artigos acadêmicos na China discutindo os interesses estratégicos chineses, pouco mais de um quarto (25,92%) deles afirmava que os Estados Unidos estavam tentando “conter” a China na Ásia. No total, 56,4% viam os Estados Unidos como um país que prejudicava ou buscava prejudicar de algum modo os interesses estratégicos chineses. Pode-se inferir daí que a China, mesmo sendo muito menos poderosa e rica do que os Estados Unidos, não se sente tão ameaçada por Washington quanto o contrário.

O segundo problema é que o tamanho da China importa para entendermos a percepção ocidental. Basta um exemplo. O Partido Comunista da China tinha 89.450.000 membros no começo de 2017. A partir disso, é recorrente o argumento de que a China é uma ameaça porque o seu regime político é autoritário. No entanto, é preciso lembrar o tamanho total da população chinesa (1.403.500.365 habitantes em 2016). Além de ser necessário levar em conta o tamanho da base demográfica a partir da qual números como o efetivo total das forças armadas e a filiação a partidos políticos deveriam ser considerados, resta o problema adicional do viés de seleção na percepção do que seja uma ameaça. Ora, o partido anti-secular de direita hindu, Barathiya Janata Party (BJP), atualmente no governo da Índia, tinha 110.000.000 de filiados em 2015. Mas não há na mídia americana artigos alarmistas sobre o “perigo hindu”. Ou seja, é importante considerar também o conteúdo objetivo das políticas



CLIPPING CACD ABIN OFCHAN

praticadas pelos diferentes governos e grupos para decidir o que constitui ou não uma ameaça “ao ocidente”.

Para além das percepções, a realidade?

Schweller e Pu (2011) estilizaram três visões chinesas alternativas sobre o que deveria ser a ordem internacional, a saber, a revisionista, a pró-sistêmica e a nacionalista. No entanto, a grande estratégia atual da China parece tentar combinar elementos retirados de todas elas.

No Pensamento de Xi Jinping há confiança na capacidade de a China oferecer uma revisão ideacional para o mundo todo (*global datong*, ou Grande Harmonia), indo além do “socialismo com características chinesas” que viabilizou a criação e depois a modernização da República Popular. De forma complementar, a ênfase na multipolaridade, no multilateralismo institucionalizado e na globalização econômica têm caracterizado o esforço de Pequim em compatibilizar seus valores civilizacionais com a defesa de uma ordem liberal mais inclusiva e regulada por regras.

Finalmente, este segundo componente (pró-sistêmico) da grande estratégia chinesa é limitado internamente (necessidades de desenvolvimento e pressões redistributivas), mas também externamente (pelos interesses e valores de outros países). Assim, para tentar compatibilizar o componente revisionista e o pró-sistêmico em sua grande estratégia, a China aposta na construção concertada da ordem internacional por grande Estados vestfalianos, baseando a sua própria posição de poder em uma capacidade militar dissuasória crível. Neste sentido, a estabilidade estratégica nuclear é a principal fiadora da cooperação bilateral entre a China e os Estados Unidos. O futuro não está determinado por erros de percepção ou incompatibilidades de interesses e valores que seriam intransponíveis. As escolhas estratégicas que Washington e Pequim fizerem terão, como é hoje a percepção comum, forte impacto sobre as possibilidades de paz e desenvolvimento no mundo.

Leituras Sugeridas

CEPIK, Marco. A Política da Cooperação Espacial Chinesa: contexto estratégico e alcance internacional. *Revista Sociologia e Política*, v. 19, n. suplementar, pp. 81-104, nov. 2011.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. São Paulo/Rio de Janeiro, Objetiva, 2011.

MEARSHEIMER, John. Preface. In: MARES, David R.; KACOWICZ, Arie M. [editors]. *Routledge Handbook of Latin America Security*. New York: Routledge, 2016, pp. x-xi.

PAUTASSO, Diego. *China e Rússia no Pós-Guerra Fria*. Curitiba, Juruá, 2011.

SCHWELLER, Randall L.; PU, Xiaoyu. After Unipolarity: China's Visions of International Order in an Era of U.S. Decline. *International Security*, Vol. 36, No. 1 (Summer 2011), pp. 41-72

STUENKEL, Oliver. *BRICS e o Futuro da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 2017.

ZENG, Jinghan; XIAO, Yuefan; BRESLIN, Shaun. Securing China's core interests: the state of the debate in China. *International Affairs* 91: 2 (2015) 245-266.